



DIÁLOGO SOBRE BULLYING COM ALUNOS SURDOS

Sônia Alves Feitosa Somavilla¹
Silvia da Silva Santos²
Aparecida de Freitas Batista³

RESUMO

Este artigo apresenta uma proposta de projeto vinculado a questão do bullying nas escolas, pretendendo a disseminação de informações e conscientização de alunos surdos quanto a importância desse combate, direcionando ações para que os alunos alvos do alcance de pesquisa possam aprender a lidar com situações de bullying, bem como, afugentar-se de serem agressores, mas agentes para produzir e transmitir conhecimentos inerentes a contraposição de aspectos do bullying, sendo este o objetivo principal do projeto. A metodologia é de abordagem qualitativa, de natureza básica, com objetivos exploratórios, campo, mas não probabilística através de aplicabilidade para promoção do diálogo com alunos surdos no Colégio Estadual Josefa Barbosa Valente da cidade de Posse – GO, com atividade e produção de seminários, perfazendo algumas etapas no período delimitado dos dias do mês de outubro, considerando o tempo de quatro semanas. Os alunos são do 6º ao 9º do Ensino Fundamental II. Dentre os resultados esperados, os alunos terminarão o período do projeto mais alinhados em suas relações e conscientes da importância de se combater e manter as próprias atitudes longe das argumentações que sejam aspectos de bullying. Espera-se ainda que os alunos possam melhorar suas capacidades de interações, concepções quanto a si mesmo e autonomia para o desenvolvimento global, enfrentando os desafios cotidianos, além de aprenderem a articular bem a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

Palavras-chave: Conscientização, Deficiência Auditiva, Educação Básica, Questões sociais

INTRODUÇÃO

O âmbito escolar reflete várias questões sociais. Esse reflexo dá-se, geralmente, por atitudes trazidas de fora para dentro do ambiente. Corriqueiramente, são atitudes copiadas dos costumes familiares e meio onde os alunos permeiam ao longo de seus dias. Dentre os atos mais agressivos, de assédio moral e violentos, exacerbando até mesmo a violência psicológica e chegando à física, o bullying apresenta-se como ato mais ocorrente e mais devastador da autoestima de muitas crianças e adolescentes.

A vítima do bullying é alvo de intimidações e coerções, aquele que comete o ato torna-se um dominante por meio da agressividade. Uma das características que determinam a

¹ Mestranda em Ciências da Educação pela Universidad Del Sol; Assunção, Paraguai; e-mail: soniafeitosasomavilla@gmail.com.

² Mestranda em Ciências da Educação pela Universidad Del Sol; Assunção, Paraguai; e-mail: silvia.ssantos@educ.gov.br

³ Mestranda em Ciências da Educação pela Universidad Del Sol; Assunção, Paraguai; e-mail: cidaibatista@yahoo.com.br.



presença de bullying é o aspecto repetitivo e de frequência. Mas a prática do bullying procede a análise e verificação rápida e natural para o intimidador e agressor, percebendo um desequilíbrio social, por exemplo. Há uma leitura sobre as características da vítima, pois é na vulnerabilidade que o agressor encontra a porta de entrada para dominar o sujeito.

A educação é um direito fundamental de todos os sujeitos, toda pessoa possui o direito de passar pelo processo educacional. Partindo disso, pode-se afirmar que todo sujeito está condicionado a passar pelo ensino em busca de uma aprendizagem que extrapola o currículo formal, uma aprendizagem que adentra na formação e desenvolvimento do sujeito como cidadão, que dê ao aluno a autonomia de construção de suas concepções, assim, o bullying deve ser abordado, trabalhado, evitado e combatido com todos os alunos, não isentando nenhum sujeito.

A educação inclusiva admite o combate a atos como o bullying, principalmente por ser uma modalidade educacional que preza pela ausência de preconceito e de discriminações. O contexto da cultura do bullying pode ocorrer em quaisquer ambientes onde há interações entre seres humanos. No ambiente escolar existe determinado controle sobre estes atos, à medida que os alunos passam por condições advertências e corretivas, mas fora deste ambiente, o sujeito precisa de algo mais para promover o limite de seus atos. O fator que impede a extrapolação de atos é a consciência, característica humana que torna os sujeitos moralmente e eticamente aptos ao meio social em função de uma sociedade inclusiva.

Partindo da necessidade de alcance de todos os públicos na educação para promoção da conscientização e combate ao bullying e seus malefícios, a proposta dada com este breve trabalho é de um projeto que busca o diálogo com alunos surdos da Educação Básica. O objetivo principal do projeto é mediar o ensino a favor de uma aprendizagem sem preconceitos, sem subestimar os alunos da educação especial em quaisquer níveis, pois estes passam pelos mesmos conflitos que outros alunos não deficientes auditivos passam, assim, são sujeitos que precisam ser escolarizados e orientados a estabelecer limites e adquirir o respeito para sua formação enquanto cidadão.

A metodologia destacada para esta proposta é de estudo de caso com abordagem qualitativa e exploratória, não probabilística, com alunos de um colégio estadual no município de Posse – GO. O projeto visa criar uma rotina semanal para os alunos com deficiência auditiva. Toda semana alunos do 6º ao 9º anos passaram por rodas de conversa e discussões sobre o tema bullying, trata-se de um momento leve e de descontração das aulas regulares, realizado no contraturno do ensino regular, não limitando-se apenas ao diálogo, mas abrindo espaço para



aplicação de atividades e estratégias diferenciadas para análise do desenvolvimento e avanço dos alunos quanto a aquisição da consciência limpa do bullying e atos semelhantes.

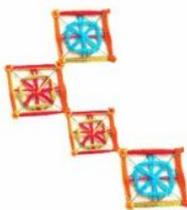
Dessa forma, este artigo se desdobra na pretensão da aplicação de projeto no âmbito escolar para promoção de um ambiente escolar limpo da cultura do bullying, acreditando que os benefícios do combate ao bullying nas escolas com alunos surdos auxilia no processo de escolarização mais saudável, transpassando o ambiente escolar e afetando o âmbito familiar, comunidade e outros ambientes. Torna-se ainda mais relevante esta proposta, pois acredita-se no seu potencial no combate do preconceito contra o próprio aluno surdo, ensinando estes alunos a lidarem com as situações de violência contra si, agressividades, possíveis dominâncias e intimidações.

METODOLOGIA

A metodologia desta proposta é de natureza básica, com objetivos exploratórios, com procedimentos técnicos de campo, associados a procedimento de levantamento bibliográfico utilizando uma abordagem qualitativa, tais escolhas metodológicas partiram do entendimento retirado das interpretações feitas do trabalho dos autores Raupp & Beuren (2006), tratando-se de uma proposta para estudo de campo com desenho realizado de forma transversal a realizar-se em um colégio público no município de Posse no estado de Goiás com um número mínimo de 3 alunos, perfazendo as etapas necessárias para composição de um diálogo com possíveis aplicabilidades de atividades para averiguação da aprendizagem segundo a conscientização intermediada pelo professor sobre questões que envolvem o ato de bullying.

Assim, o alcance de pesquisa são alunos surdos de escola pública com interesse de tornar o bullying fator social conhecido na comunidade escolar e local, alcançando colaboradores da escola, pais, familiares e os demais alunos, promovendo a sensibilização para não prática do ato e auxiliando no processo de maturidade para que as vítimas possam aprender a lidar com as situações de forma a protegerem-se das consequências. Neste sentido, o projeto irá atender alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental II, com atendimento semanal com rodas de conversa, atividades não avaliativas, em contraturno aos horários de atendimento regular de ensino.

É condição para aplicação do projeto a utilização da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O projeto constituirá o total de 3 etapas: roda de conversa; atividade interdisciplinar com situações cotidianas comuns relacionadas ao bullying; seminário em LIBRAS organizado pelos próprios alunos. O projeto será desenvolvido ao longo do mês de outubro de 2020,



ocorrendo encontros semanais com os alunos. A cada semana uma etapa do projeto será desenvolvida, a etapa de construção e apresentação dos seminários será dividida em duas semanas, uma para construção do seminário pelos alunos, discutindo ideias e produzindo materiais de apoio e na semana precedente os seminários serão apresentados, a depender do desenvolvimento dos alunos quanto a desenvoltura com público, os seminários poderão ser apresentados para um público maior dentro da escola, para outros alunos e colaboradores.

REFERENCIAL TEÓRICO

O termo bully traz sua etimologia da origem inglesa, significando, enquanto substantivo, agressor e enquanto verbo significando intimidar, derivando o termo bullying, definido como comportamento agressivo, presente em Oxford (2017). O termo pode ser vinculado a atos de agressividade, violência, intimidações, coerções com desejo intencional, consciente e deliberado de causar maus-tratos a outras pessoas, colocando-as em situação de tensão e estresse. O termo se refere ainda a atos das naturezas mencionadas que configuram execuções repetitivas e frequentes nas relações interpessoais, incluindo as relações nas escolas.

Nos termos da cultura de bullying, de acordo com a perspectiva do agressor, quaisquer comportamentos com características não compatíveis as características que o próprio imagina ser aceitáveis, compete a atitudes que conferem motivação ao bullying, estando essas características ao sabor arbitrário dos padrões imaginados corretos pelo intimidador, levando a atos de perseguição e violência contra as vítimas (PEREIRA, 2014).

Como destaca Ernsen (2016, p.17), o conceito de bullying perpassa pela definição do agressor ou grupo de agressores:

Bullying é uma palavra inglesa que define um agressor ou grupo de agressores que persegue e menospreza – verbal, relacional, fisicamente ou por meios eletrônicos – de modo repetido, outro indivíduo. Segundo a literatura, o bullying pode ser analisado em termos de níveis de agressividade, começando com a provocação verbal, passando em seguida para as intimidações físicas, depois para a humilhação, atos de violência e, pode até chegar à tortura

Os atos agressivos, violentos, intimidadores e dominantes somente ganhou interesse social, iniciando um pensamento sobre os malefícios desses atos, a partir da década de 70. Na Suécia esse interesse ganhou força, expandindo-se para outros países e tomando grande parte da sociedade em preocupações inerentes a questão, como suicídios. A veiculação de notícias estarrecedoras relacionadas aos atos de violência e maus-tratos, especialmente nas escolas, chamou atenção de muitas nações. Na Noruega, iniciou-se uma campanha contra atos de



agressão, maus-tratos e coerções nas escolas por advento da ocorrência de três mortes por suicídio de adolescentes relacionadas a este tipo de tratativas pelos colegas (FANTE, 2005).

O aumento de tensão aumentou a preocupação que se espalhava pelo mundo, levando a notícias de outros casos suicidas e homicidas entre alunos de escolas. No Brasil, vários casos chamam atenção na composição da história sobre os atos de bullying nas escolas. A tragédia de Realengo - RJ (2011) configurou um motivador para discussões sobre atos de bullying nas escolas, embora as causas motivadores do atirador para realizar o ato violento não tenham sido bem delimitadas, testemunhas disseram que o atirador, ex-aluno da Escola Municipal Tasso da Silveira, sofreu atos de bullying enquanto aluno, dando relevância ao assunto e estimulando ações de combate contra atos de preconceitos, violência, agressividades, coerções e intimidações nas escolas (FANTE, 2005; SANTANA, 2011; BRASILIENSE & VAZ, 2014).

Nem todas as consequências do bullying resultam em tragédia, entretanto, há o sofrimento e componente drásticos para o processo de aprendizagem, afetando a socialização e causar sequelas emocionais. Como questão mundial, o bullying implica em consequências para toda sociedade e afeta o futuro, pois influencia negativamente na formação emocional dos sujeitos e no processo socioeducacional, contribuindo para formação de cidadãos estressados, com predisposição a doenças como depressão, agravada pela baixa autoestima e ausência da capacidade de autoaceitação, não resistindo a frustrações, reduzindo o potencial de autoafirmação e expressão, levando a quadros psicossomáticos e psicopatias (NETO, 2005).

O termo bullying ainda passa por uma frágil delimitação quanto a seu conceito e definição, misturando-se aos conceitos que definem outros tipos de violência na escola, implicando assim, na necessária definição da situação de bullying, assim como seu conceito, por meio da contextualização por aferição das especificidades da violência que se trata o bullying. A dificuldade na identificação dos fatores que tornam um determinado contexto em bullying direciona a utilização incorreta do termo, correlacionando-o a eventuais conflitos entre sujeitos em suas relações interpessoais não caracterizando de fato a situação de bullying (FRANCO, 2014).

O bullying ocorre em diferentes contextos e participa de um processo dinâmico que envolve os alunos, especialmente crianças e adolescentes, de variadas maneiras. Os contextos, além de dinâmicos, são interacionais, os alunos assumem papéis diferentes quanto a postura e adotada perante a ocorrência do ato de bullying. Os papéis variam e surgem em muitas nuances, podendo a criança ocupar o lugar de vítima, de agressor, vítima e agressor, ou mesmo espectadores. Os perfis que subdividem nesses papéis condicionam-se a características que os



tipificam (ZEQUINÃO et al., 2016).

Alguns fatores podem auxiliar na identificação da situação de bullying, baseando-se no comportamento dos agressores. Um dos fatores são as ações repetitivas e insistentes com a mesma vítima por longo período. Outro fator é a presença do domínio segundo o poder desequilibrado, por exemplo, diferenças sociais, dando ao agressor motivação e a vítima a dificuldade por sua própria defesa. O terceiro fator principal, destacado por Fante (2005) é a agressão sem motivo aparente, não sendo possível justificar o ato.

A surdez, ou deficiência auditiva, é uma condição que pode chamar atenção para o sujeito que a tem. Esse sujeito pode ser alvo de preconceitos, agressões, intimidações, coerções. Existe entres crianças e adolescentes a ausência de limites caso não haja intervenções efetivas, levando as situações a quadros graves de agressões psicológicas e físicas. O sujeito com surdez encontra-se em meio a uma sociedade que, de forma geral, não está preparada para esses sujeitos. A sociedade não é inclusiva, o que traz os sujeitos surdos em meio a conflitos, configurando um quadro preocupante (ERNSSEN, 2016).

Desde o início da década de 90, as pessoas com deficiência auditiva contam com políticas inclusivas para contemplação dos estudantes nas práticas, com fundamentação ainda na Constituição Federal (CF) de 1988, como mostra a redação do artigo 205, que dá providências sobre a educação como direito de todos, como ações e políticas pedagógicas, em favor de um processo educacional não excludente nos espaços escolares.

Mas a fundamentação legal do atendimento a pessoas com deficiência existiam antes mesmo da CF, destacando o caminho legal das disposições das Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, percorrendo os anos de 1961, com a Lei 4.024, alterada pela Lei 5.692 de 1971, nesse ínterim, fora criado o Ministério da Educação (MEC), o Estatuto da Criança e do Adolescentes, reforçando os dispositivos legais sobre educação para todos, documentos internacionais, como Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e Declaração de Salamanca (1994), Política Nacional de Educação Especial (1994) até a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, chegando-se ainda aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) e Decreto 3.298 que regulamentou a Lei nº7.853 de 1989 de Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Em 2001, as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica sofreram algumas adequações, orientando as escolas a matriculem todos os alunos e organizarem-se para atendimento dos educandos com necessidades especiais. O plano Nacional de Educação (PNE), Lei 10.172 de 2001 estabelece objetivos e metas para a educação especial.



Em 2005, o Decreto 5.626 regulamentou a Lei 10.436 de 2002, para o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais, sendo este um ganho de grande importância para garantia dos direitos dessa parcela da sociedade a um ensino pleno e integro, com interpretes em todos os níveis de ensino.

O Decreto 5.626 dá providências de garantias a pessoa surda, como lê-se:

Art. 23. As instituições federais de ensino, de educação básica e superior, devem proporcionar aos alunos surdos os serviços de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa em sala de aula e em outros espaços educacionais, bem como equipamentos e tecnologias que viabilizem o acesso à comunicação, à informação e à educação (BRASIL, 2005).

Em 2006 a Organização das Nações Unidas publicou a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, no documento, os direitos humanos ganham ênfase, sendo a educação um dos direitos fundamentais. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva surge com o objetivo de acesso e participação de todos os alunos com deficiências, transtornos, globais do desenvolvimento e altas habilidades nas escolas de ensino regular para o processo de ensino e aprendizagem.

Ao longo das décadas, o conceito de bullying sofreu o dinamismo que a sociedade proporciona, pois existem fatores mutáveis que levam a mudanças e novas formas de compreensão sobre fenômenos e questões sociais. Conceitos como de bullying, permeiam a vida de todos os sujeitos, incluindo os sujeitos surdos. A parcela da comunidade escolar que apresenta alguma deficiência auditiva, enfrenta desafios covalentemente ligados ao preconceito e a vulnerabilidade imposta pelo meio social que não é inclusivo. Embora mudanças tenham se aproximado à medida que as políticas mudaram, o surgimento de LIBRAS não cessou a luta da comunidade de pessoas surdas e deficientes auditivos, mas trouxe aspectos motivadores, como segue destacado no trecho abaixo:

Cumprir destacar que o termo “educação bilíngue” é polissêmico, vale dizer, seu sentido não é o mesmo para a comunidade surda e para a política de inclusão do Governo Federal. A comunidade surda luta por uma educação bilíngue em que a Libras seja efetivamente praticada nas escolas e instituições de ensino, isto é, seja a língua de acesso a todo o conhecimento. A política bilíngue do Ministério da Educação é diferente, não privilegia a língua de sinais como língua identitária e cultural dos surdos, mas tem no português o seu ‘norte’ (ERNSEN, 2016, p. 37).

O cenário de inclusão opara alunos surdos é dotado de grandes desafios, exacerbando adaptações estratégicas da pedagogia e didática, adentrando a necessidade de se adaptar o clima escolar, tornar o ambiente seguro e acolhedor para os alunos. Os estudantes surdos enfrentam dificuldades em suas relações com outros alunos e com professores. O bullying é um dos desafios enfrentados por esses alunos, perfazendo-se assim, a relevância de pesquisas e estudos



sobre a cultura de bullying nas escolas onde existe o envolvimento de estudantes surdos, não deixando de ponderar que esses alunos também podem sofrer o dinamismo das relações que o bullying nas escolas traz, podendo o aluno surdo ocupar o papel de vítima, agressor ou vítima e agressor.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Etapa roda de conversa

Com os alunos colocados em forma de círculo, a roda de conversa consistirá na reunião dos alunos com o professor em sala separada para atendimento AEE – Atendimento Educacional Especializado. A pretensão é que o ambiente em sala seja de atmosfera calma e concentrada no atendimento aos alunos surdos, no entanto, preza-se pela qualidade do momento, deixando os alunos a vontade para discutir sobre a questão bullying e os aspectos principais desse ato. Antes dos alunos começarem a dialogar livremente, o professor fará uma breve explicação sobre o conceito de bullying e como a literatura traz esse fenômeno direcionado ao ato agressivo quais os papéis principais das situações.

Etapa atividade interdisciplinar

A atividade interdisciplinar trará questões a serem resolvidas através de respostas subjetivas sobre situações de bullying, consistindo na redação de um texto após ler uma situação problema envolvendo alunos de uma escola. Busca-se interpelar as concepções e compreensões dos alunos surdos sobre bullying, indicando na atividade uma situação real, como a tragédia de Realengo – RJ, levantando a questão interpelativa de “O que é o limite no ser humano vítima de bullying?”. O texto deverá ser escrito no máximo de uma lauda.

Etapa de seminários

A última etapa do projeto irá perfazer o período de duas semanas. A primeira semana desta etapa será destinada a construção de materiais de apoio, levantamento de ferramentas e estratégias. É nesta etapa que os alunos terão a chance de pensar e colocar em prática suas ideias. Ficarão livres para organizarem os seminários a forma que acharem mais eficaz, no entanto, o material produzido será exposto no colégio. Os recursos serão preferencialmente advindos das casas dos alunos e da instituição, bem como, o próprio professor, como responsável por orientar a construção dos seminários, poderá envolver-se na constituição desses



recursos, utilizando a criatividade e aguçando a criatividade dos alunos, aproveitando para trabalhar o conceito de sustentabilidade.

A semana de apresentação será destinada a exposição dos materiais construídos pelos alunos e para decisão se a apresentação será feita somente para o professor ou para um público maior dentro da escola. Dependerá das condições desses alunos de exporem-se ao público. O que se espera é que eles sejam capazes de atuar em meio aos colaboradores e outros alunos, utilizando LIBRAS como meio principal de veiculação das informações e pesquisas levantadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão conta com variados desafios, um deles perpassa pelo preconceito e suas variáveis que inferem em diferentes graus de agressões, violências, coerções e intimidações. O processo educacional envolve diversos aspectos, a inclusão é um dos conceitos que elevam a educação ao patamar de provedora para formação de cidadãos capazes de interações que compõem as condições para uma sociedade inclusiva.

Conflitos sociais são diversos, mas nesta proposta a abordagem destaca o bullying como desafio nas escolas. O bullying possui usabilidade complexa de termo, devido a contextualização errônea com muitos sujeito fazem das situações de agressão e violência nas escolas, pois nem toda situação apresenta um quadro de bullying, destacando, assim, que as principais características que tornam a situação como bullying é a repetitividade, perseguição e insistência do agressor quanto a sua vítima e a ausência de motivo aparente para tal ato.

Os agressores em situações de bullying buscam em suas vítimas vulnerabilidades para torna-las dominadas, assim, alunos surdos podem apresentar condição de maior acesso ao domínio por agressores, pois a sociedade parte de uma sociedade ainda não inclusiva, mas em transformação e constante alvo de ações educacionais para abarcar a inclusão.

Os resultados são pretendidos a medida da perspectiva que esta proposta apresenta em seu potencial. Trata-se de um projeto não complexo, mas relevante por seu alcance e objetivos quanto a seu público. Acredita-se nos possíveis benefícios a serem gerados aos alunos surdos participantes e na contribuição, mesmo pequena, na marcha de combate ao bullying e outras violências.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que contribuíram de alguma forma para o enriquecimento de minha autonomia e transformação em ser humano crítico. Engrandeco aqueles que fazem parte



ativamente dessa constante transformação, como meus professores, minha família e Deus, o ser que proporciona tudo e todas as coisas por meio de sua permissão, considerando que nos deixa também a cargo de nossas escolhas, portanto, agradeço por Ele dar-me o discernimento necessário para que eu possa crescer como pessoa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2005.

BRASILIENSE, Danielle; VAZ, Paulo. A vítima e o vingador: o massacre de Realengo e os sentidos do bullying. **A violência na berlinda. Rio de Janeiro: Contracapa, 2014.**

ERNSEN, Bruno Pierin. **Bullying e surdez no contexto escolar.** Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Educação, do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná, 2016.

FANTE, Cleo. Fenômeno bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz. 2ª edição. Campinas. Editora Versus, 2005.

FRANCO, Telma. **Bullying contra surdos: a manifestação silenciosa da resiliência.** Appris Editora e Livraria Eireli-ME, 2014.

NETO, Aramis A. Lopes. Bullying-aggressive behavior among students. **Jornal de pediatria**, v. 81, n. 5, p. S164-S172, 2005.

OXFORD, Dicionário. Dicionário online de inglês. Inglês-Inglês. Nova York, 2017.

PEREIRA, Sônia Maria. **Bullying e suas implicações no ambiente escolar.** Pia Sociedade de São Paulo-Editora Paulus, 2014.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. São Paulo: Atlas**, p. 76-97, 2006.

SANTANA, Ágatha Gonçalves. A necessidade do direito de repensar o Bullying: uma reflexão do caso Realengo. **Revista Âmbito Jurídico**, n. 89, 2011.

ZEQUINÃO, Marcela Almeida et al. Bullying escolar: um fenômeno multifacetado. **Educação e Pesquisa**, v. 42, n. 1, p. 181-198, 2016.